

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

CPI do Carf termina sem avanços em investigação sobre corrupção

O Estado de S. Paulo - 24/11/2015

Comissão que apura esquema no órgão deve ser encerrada nesta semana; maioria dos investigados não foi ouvida

Andreza Matais / BRASÍLIA

A CPI do Carf deve encerrar os trabalhos nesta semana sem ouvir a maioria dos investigados no esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, uma espécie de "tribunal" que julga recursos de contribuintes contra multas aplicadas pela Receita; ou avançar nas investigações da compra de medidas provisórias para beneficiar o setor automobilístico, caso que envolve o filho mais novo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ex-ministros do governo petista.

Em seis meses, apenas o representante de uma das dezenas de empresas suspeitas de pagar propina em troca de anulação de suas multas no Carf foi ouvido. Outros 15 empresários foram convocados, mas o presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), não marcou a data para as oitivas. O prazo final para a conclusão dos trabalhos é 18 de dezembro, mas um acordo prevê a apresentação do relatório final pela senadora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) já nesta quinta-feira e a sua votação na semana seguinte.

"É possível que ela apresente o relatório nesta semana. Estou decepcionado com essa CPI. Os resultados não foram o que eu esperava. Não conseguimos avançar além do que as investigações da Zelotes. Acho que temos que ter uma nova CPI só sobre a compra das MPs", disse o presidente da CPI. Sobre as oitivas não agendadas, ele justificou: "Não adianta chamar. Você não consegue extrair informações. Eles chegam com habeas corpus", complementou.

A apresentação do relatório final encerra qualquer possibilidade de a CPI ouvir o total de 44 pessoas que foram convocadas, mas que não foram chamadas a prestar depoimento. Interlocutores da CPI disseram ao Estado que outro objetivo é evitar que as investigações avancem de forma que não será mais possível evitar as convocações, por exemplo, do ex-ministro Guido Mantega e de empresários financiadores de campanhas.

Requerimentos. A CPI já rejeitou requerimentos para ouvir o ex-presidente Lula, que assinou medidas provisórias sob suspeita de terem sido compradas pelo mesmo grupo que atuava no Carf; o filho dele Luís Cláudio Lula da Silva, suspeito de ter recebido R\$ 2,4 milhões do lobista Mauro Marcondes por meio da LFT Marketing Esportivo; o próprio

lobista, que está preso na Papuda por causa do suposto envolvimento nos esquemas do Carf e da compra de MPs; e a mulher dele, Cristina Marcondes, que cumpre prisão domiciliar.

Os senadores também rejeitaram ouvir o ex-ministro Gilberto Carvalho, citado em agendas e documentos dos lobistas relacionado ao esquema das MPs e ainda por duas vezes foram contra convocar a ex-ministra Erenice Guerra. Erenice diz que não fala com a imprensa e Carvalho nega envolvimento com o esquema de compra de MPs. O filho de Lula diz que recebeu da empresa de Marcondes por serviços prestados na área de marketing. Mantega escapou da convocação uma vez. Agora, um novo requerimento foi apresentado para que ele explicasse indicações de conselheiros no Carf que, segundo a Zelotes, teriam como objetivo direcionar votos para favorecer uma empresa dirigida por um amigo, o que Mantega nega.

Vanessa disse que pedirá o indiciamento de cerca de 20 pessoas, todas alvo da Operação Zelotes. O relatório final será baseado em 18 quebras de sigilo feitas pela CPI, além do material compartilhado pela Zelotes.

•

"Decepção"

"Estou decepcionado com essa CPI. Os resultados não foram o que eu esperava. Não conseguimos avançar além do que as investigações da Operação Zelotes. Acho que temos que ter uma nova CPI só sobre a compra das MPs"

Ataídes

Oliveira

(PSDB-TO)

PRESIDENTE DA CPI DO CARF

O Globo On Line

Zelotes: PF conclui até quarta-feira relatório sobre compras de medidas provisórias

24/11/2015

Denúncia deve ser apresentada até sexta-feira pelo Ministério Público

BRASÍLIA - A Polícia Federal deve concluir até esta quarta-feira o relatório sobre a suposta compra de trechos de medidas provisórias de redução de impostos para montadoras, especialmente para a Caoa, representante da Hyundai, e da MMC Automotores do Brasil, a fábrica de carros da Mitsubishi no Brasil. Até sexta-feira, o procurador regional da República, José Alfredo de Paula, deverá apresentar à Justiça Federal denúncia contra parte dos investigados. A suposta compra das medidas provisórias é investigada em um dos 19 inquéritos abertos na Operação Zelotes.

O relatório da Polícia Federal tem como base as acusações a um grupo de lobistas suspeitos de receber dinheiro da MMC e da Caoa para incluir mudanças em três medidas provisórias sobre redução de impostos para as montadoras. A primeira medida provisória sobre o assunto foi editada em 2009 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto foi reeditado com modificações em 2011 e 2013. Entre os possíveis indiciados no relatório da PF estão o ex-vice-presidente da Anfafea Mauro Marcondes e o lobista Alexandre Paes Santos.

FILHO DE LULA FORA DO 1º RELATÓRIO

Neste primeiro relatório, a PF deverá deixar de fora as investigações sobre o ex-ministro Gilberto Carvalho e sobre as empresas de Luis Claudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Polícia Federal entende que as informações recolhidas e analisadas até o momento não autorizam qualquer conclusão sobre os dois. Carvalho passou a ser investigado depois que a polícia descobriu, entre os papéis apreendidos numa das etapas da operação, anotação sobre suposto café da manhã entre Marcondes e o ex-ministro.

Num e-mail endereçado ao ex-ministro, Marcondes pede a Carvalho que leve um pedido dele sobre as montadoras ao então presidente Lula. Sugere ainda que o ex-ministro o faça de um jeito especial. Em depoimento a PF, Carvalho disse que, de fato, agendou encontro entre Lula e Marcondes. Mas explicou que essa era uma das atribuições formais do cargo que exercia na época. No período, ele era chefe de gabinete de Lula. O ministro disse que não cometeu qualquer irregularidade e até abriu mão de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Luis Cláudio entrou no radar da Zelotes depois da polícia descobrir pagamentos da ordem de R\$ 2,4 milhões da Marcondes e Mautoni, empresa de lobby de Marcondes, para a LFT Marketing Esportivo, uma das três empresas do filho do ex-presidente. Em depoimento à PF, Luis Cláudio disse que recebeu o dinheiro a título de pagamento por projetos relacionados a consultoria de marketing esportivo. Os pagamentos teriam sido devidamente declarados à Receita Federal. A PF considerou as explicações insuficientes, mas ainda não conclui a investigação sobre o caso.

A partir da Operação Zelotes, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Receita Federal investigam 70 grandes bancos e empresas suspeitas de manipular decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para se verem livres de expressivas dívidas fiscais. Ao longo da investigação sobre as fraudes no Carf, a polícia descobriu indícios também de compra de medidas provisórias sobre isenção fiscal para as montadoras

Vide Versus

Mais insegurança no Carf

24/11/2015

Depois de cerca de oito meses parado, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) deve voltar a trabalhar na segunda semana de dezembro. No entanto, a pauta de julgamentos da primeira sessão de retomada depois da Operação Zelotes poderá estar contaminada. Como o Carf não conhece a lista de processos sob suspeita da força-tarefa que conduz a Zelotes, pode chamar para julgamento processos envolvidos em irregularidades, com grandes chances de anulação no futuro, conforme o presidente do colegiado, Carlos Alberto Barreto.

Consultor Jurídico

Dilma sanciona inclusão de jetons de conselheiros do Carf em Orçamento deste ano

24/11/2015

A presidente Dilma Rousseff sancionou nesta terça-feira (24/11) a lei que inclui já no Orçamento de 2015 o pagamento da "gratificação de presença" aos conselheiros representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda. Com isso, as sessões previstas para a semana do dia 7 de dezembro deste ano já podem ser oficialmente marcadas pela presidência do órgão. O gasto previsto para este ano com a remuneração é de R\$ 5,6 milhões, conforme o anexo da Lei 13.191/2015.

Para o dia 7 está marcada uma sessão da Câmara Superior e para os dias 8, 9 e 10, das câmaras baixas. Estão pautados os casos distribuídos aos conselheiros antes da deflagração da operação Zelotes, que investiga denúncias de corrupção em julgamentos do Carf. Depois disso, o órgão passou por uma reestruturação, mas não podia voltar a julgar por conta da gratificação. A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe o governo de executar despesas fixas não previstas no Orçamento da União.

Como houve uma renúncia em massa dos representantes dos contribuintes entre março e abril deste ano, a maioria dos casos pautados já para este ano será de relatoria dos representantes da Fazenda Nacional. Dos contribuintes, só serão pautados casos relatados por conselheiros que não deixaram o Carf no início deste ano. A renúncia se deu por conta da "gratificação por presença", criada em abril deste ano, por decreto. A verba é um jeton pago aos representantes dos contribuintes no Carf por sessão comparecida. Serão pagos R\$ 1,8 mil por sessão, ao limite de seis sessões por mês.

O jeton causou problema. Antes, os conselheiros do contribuinte recebiam apenas uma ajuda de custo para ir aos julgamentos. Com a criação do jeton, foi interpretado que se tratava de remuneração. E diante disso, o Conselho Federal da OAB entendeu que havia incompatibilidade entre o cargo de conselheiro do Carf e a advocacia.

Portanto, conselheiros não podiam mais advogar, segundo a OAB. Como os representantes do contribuinte no Carf são advogados, 80% deles deixaram o Conselho para não ter de deixar de advogar. Os conselheiros nomeados depois da reestruturação tiveram de entregar suas carteiras da OAB e aguardam convocação para começar a julgar.

Nos casos pautados para este ano, participarão apenas como vogais, já que, para serem relatores, devem receber os casos da distribuição com antecedência mínima de 10 dias. A pauta dos dias 7 e 8 deve ser publicada ainda esta semana.

Ao sancionar a lei nesta terça, a presidente Dilma vetou o preenchimento de 715 cargos vagos no Banco Central e de 272 na Receita Federal. Ela seguiu o parecer do Ministério do Planejamento, segundo o qual a criação desses cargos por lei de iniciativa do Congresso fere competência exclusiva da União para criar cargos no Executivo federal.

Dilma também afirma que, para que os cargos fossem criados, seria necessário haver disposição orçamentária, o que não foi incluído na lei. Com os cargos do BC, o governo gastaria R\$ 106,1 milhões este ano. Com os da Receita, R\$ 45,1 milhões.